



Governo do Estado do Ceará
Secretaria (Especificar)
(inserir nome da Vinculada)

PROJETO: (Maiúsculas apenas nas primeiras letras e usar fonte 14. O título deve ser claro, objetivo e direto. Devem ser evitadas frases longas que mais se assemelham a um parágrafo).

MAPP (Inserir N° Mapp)

(Inserir sigla da Setorial)

Mês/Ano

Secretaria/Vinculada	
Programa (PPA)	
Mapp (Nº e Denominação)	
Período de Execução (Em 2016)	
Categoria	

1. Descrição do Projeto

Esta seção se refere à descrição da proposta do projeto. Fazer um **breve resumo com as informações principais**, considerando que este é o primeiro contato do que o leitor terá com o projeto.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Esta seção deve relatar como o projeto se insere na política de governo, indicando quais diretrizes respaldam a sua existência e importância, identificando os 07 (sete) elementos do PPA 2016-2019 aos quais se vincula: **1. Eixo Governamental; 2.Tema Estratégico; 3. Resultado Temático; 4.Indicador de Resultado Temático; 5.Programa; 6. Objetivo e 7. Iniciativa relacionados ao projeto.**

Para tanto deve ser utilizado/consultado o Plano Plurianual (PPA), o que pode ser feito por meio do endereço eletrônico a seguir:

<http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/Plano-Plurianual/2016-2019/2015/Volume%20II%20-%20Projeto%20de%20Lei%20-%20Anexo%20I%20-%20Demonstrativo%20de%20Temas%20Estrat%C3%A9gicos%20e%20Programas.pdf>

3. Diagnóstico

Esta seção **deve conter uma descrição da situação que demanda o desenvolvimento do projeto, identificando claramente o problema a ser superado.** Embora a pobreza seja avaliada predominantemente pelo critério da renda, existem outras dimensões que devem ser consideradas, principalmente, aquela que será o foco da intervenção proposta. Por exemplo, um projeto voltado para a melhoria da educação deve ser proposto com base em um diagnóstico que contemple, necessariamente, indicadores educacionais que reflitam a situação de carência da população nessa dimensão. O diagnóstico deve utilizar dados estatísticos provenientes de pesquisas (PNAD, Censo Demográfico, Informações Básicas Municipais – IPECE, etc.), cadastros administrativos (CadÚnico), dados gerados pelas Secretarias Setoriais e pesquisas de campo. Ressalta-se que as informações devem ser reportadas ao nível da escala de intervenção em que o projeto pretende atuar. Por exemplo, informações agregadas para o Estado devem ser empregadas apenas no caso do projeto ter abrangência estadual. No caso da

escala de intervenção ser o município, o diagnóstico deve se basear em informações de nível municipal.

4. Justificativa

Esta seção deve relatar as **razões do proponente para a execução do projeto** em questão. Para tanto, deve fundamentar a pertinência e a oportunidade do projeto como **resposta ao problema identificado no diagnóstico** que serviu de base para sua elaboração. Para garantir a adequação do projeto ao diagnóstico realizado, a equipe de elaboração do projeto deve ter a convicção de que as ações propostas são de fato as mais relevantes para cada contexto local específico.

As ações descritas no projeto devem ser capazes de modificar ou colaborar para modificação da situação atual. Nesse sentido, **deve citar como o projeto contribui para que seus beneficiários superem a condição de pobreza apontando possíveis integrações para o alcance desse objetivo.**

5. Histórico

Esta seção deve descrever, no caso de projetos de continuidade, as **realizações/valores (empenhados no SIAP) do projeto em anos anteriores, mesmo que tenha sido executado apenas com outras fontes. Deve-se, ainda, registrar os valores do FECOP e de outras fontes que já foram aplicados.**

Para ilustrar o exposto, e facilitar agregações, usar o modelo de tabela abaixo:

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*) R\$	Valor Total Aplicado R\$	Nº de Beneficiários
2007				
2008				
2009				
2010				
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				
TOTAL				

(*) **Nominar** quais as outras fontes contempladas pelo projeto, caso houver.

Obs. (1): Podem ser utilizadas as informações dos Relatórios de Desempenho publicados no site <http://fecop.seplag.ce.gov.br/>

Obs. (2): A quantidade de pessoas beneficiadas refere-se a todas as fontes de recursos, ou seja, a totalidade do projeto durante o ano. Caso o benefício seja extensivo a todo o grupo familiar, adotar o indicador 4,12 pessoas por família (número médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010).

6. Público Alvo

Esta seção deve **descrever os beneficiários do projeto**, bem como informar os critérios utilizados para a seleção dos mesmos. Devem-se considerar critérios objetivos e de fácil mensuração.

Lembrar sempre que o público-alvo do FECOP, por lei, são predominantemente as famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

Especificar como são escolhidos, dentro do público-alvo, aqueles que serão atendidos pelo projeto.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Citar, dentre os documentos elencados pela Lei Nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, como idôneos para comprovação do estado de pobreza, os quais devem ser considerados, quando da seleção dos beneficiários (não necessariamente cumulativos):

- I. fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II. fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III. comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV. comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

7. Objetivos (Geral e Específico)

Esta seção **deve descrever com clareza o que se pretende alcançar com o projeto**. O objetivo deve ser coerente com o problema identificado na etapa de Diagnóstico. Será em função dos objetivos traçados que todas as ações serão planejadas, executadas e posteriormente avaliadas.

7.1 Geral:

Representa a mudança que se pretende realizar na situação social existente a médio e longo prazo. Deve expressar um desafio alcançável, contemplando a finalidade maior do projeto.

7.2 Específicos:

Representam as ações necessárias e estratégicas que devem ser realizadas para se atingir o objetivo geral (de que forma se vai trabalhar com o intuito de atingi-lo).

Geralmente, envolvem de 03 (três) a 05 (cinco) ações, as quais devem ser itemizadas.

Obs. (3): Todos os objetivos (geral e específicos) iniciam-se com o verbo no infinitivo.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Descrever as etapas já concluídas **anteriormente**, em casos de projetos que tiveram inícios em anos anteriores.

Obs. (4): Usar verbos no tempo passado.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

Descrever todas as etapas a serem desenvolvidas no ano.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

Descrever as etapas que se pretende realizar **futuramente**, em casos de projetos de continuidade.

Para cada Atividade elencada deverá ser detalhada a **sua forma de execução**, bem como os seus **responsáveis**.

9. Produtos

Esta seção se refere aos produtos do projeto. Os produtos podem ser resultado de uma atividade ou do conjunto das atividades.

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação

10. Metas

Nesta seção devem ser **descritas as metas que deverão ser cumpridas no decorrer da execução do projeto. Caso o projeto seja de continuidade, devem ser destacadas apenas as metas para o ano corrente.** As metas são necessárias para alcançar o objetivo esperado e **devem ser quantificáveis e delimitadas num período de tempo.**

Obs. (5): Em caso de realização de obras, necessário se faz indicar percentual de execução.

Obs. (6): Os projetos financiados pelo FECOP devem permitir quantificar o número de pessoas beneficiadas. Caso sejam utilizadas outras unidades, tais

como Número de Famílias ou Número de Agricultores de Base Familiar, deverá, obrigatoriamente, ser informado o coeficiente, que deverá ser utilizado para a conversão.

11. Resultados Esperados

Nesta seção devem ser descritos os **resultados esperados**. Os projetos de combate a pobreza devem incorporar tanto a visão de longo prazo, com impacto permanente, como as iniciativas que repercutem, de forma mais imediata, nos indicadores de pobreza.

Há, portanto, a necessidade de desenhar e empreender políticas sociais integradas que tenham: (i) efeito compensatório sobre a condição atual de pobreza; e, (ii) efeitos permanentes e sustentáveis sobre a pobreza.

As políticas sociais devem procurar criar oportunidades que permitam a saída da condição da pobreza, de forma sustentável, agindo não apenas no âmbito do indivíduo, mas, também, do contexto em que ele vive. O objetivo é atacar as causas da pobreza e não apenas as suas consequências.

12. Integração de Ações

Nesta seção, **deve ser descrito como o projeto se relaciona com outros projetos, serviços e ações governamentais e não governamentais**, demonstrando como a integração de ações pode contribuir para o alcance dos resultados do projeto.

A integração das linhas de ação é fundamental para potencializar o impacto na melhoria das condições de vida da população pobre. Portanto, é necessário associar medidas assistenciais com medidas estruturais, de tal forma a encontrar soluções sustentáveis para a pobreza.

13. Monitoramento

Esta seção deve **descrever, de forma clara, a metodologia, a periodicidade, os responsáveis, os instrumentos e os produtos gerados na atividade de monitoramento** do projeto.

O monitoramento é a coleta e fornecimento regular de informações, visando verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado, e nele deve estar presente uma análise descritiva dos beneficiários.

O monitoramento do projeto deve ser realizado a partir das seguintes etapas:

- Coleta de dados;
- Sistematização das bases de dados;
- Desenvolvimento de indicadores e metas;

- Análise do alcance das metas;
- Elaboração de ferramentas informacionais.

13.1 Dados Utilizados

Explicitar **quais as informações que serão coletadas, as fontes e com que periodicidade**. Deve-se descrever, também, de que maneira essas informações serão utilizadas para verificar o alcance ou não dos resultados. Para tanto é necessária a coleta de informações no início do projeto, para servir de linha de base para a comparação com os resultados obtidos após a intervenção.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

É obrigação da Secretaria executora do projeto registrar as informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF) e nos aspectos inerentes ao que o projeto se propõe a atender. Estas informações deverão ser armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permita a consulta para efeito de avaliação.

Os beneficiários deverão ser registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto, de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas.

Os documentos comprobatórios do estado de pobreza (ver item 6.2) também devem ser guardados, junto às fichas dos beneficiários, para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP.

14. Pressupostos de Risco

Esta seção deve elencar as condicionalidades que podem se interpor à consecução dos objetivos e metas do projeto, situam-se fora da governabilidade do projeto, mas admitem a influência do gestor. Por tudo isso, devem ser constantemente monitoradas. Ex: disponibilidade de recursos, licenciamento ambiental, etc.

15. Orçamento

Esta seção deve registrar o **valor solicitado para o projeto no ano de apresentação deste, detalhando-o por natureza e elemento de despesa, bem como, especificando o código da despesa no orçamento**. A execução do projeto deveser em conformidade com as despesas apresentadas neste item, o qual servirá de base para a análise da Prestação de Contas.

Caso o projeto contemple recursos de outras fontes, devem ser apresentados neste tópico todos os recursos disponíveis, de forma que seja possível aferir a totalidade do custo de execução do projeto. A coluna “Outras Fontes” poderá ser desmembrada, caso o projeto tenha mais de uma fonte extra FECOP.

Obs. (7): Ver abaixo a tabela com a estrutura padrão a ser utilizada:

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
1.3. Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
1.4. Benefícios Assistenciais			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
1.5. Contribuições -Transferências			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
1.6. Outras Despesas Correntes			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
2.2. Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
2.3. Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesa (inserir o código)			
TOTAL			

(*) Descrever quais as outras fontes contempladas pelo projeto.

ATENÇÃO: Este quadro deverá permitir que o Analista possa reproduzir os cálculos efetuados, sem que seja necessário digitalizá-lo novamente. Portanto, **NÃO PODERÁ SER COPIADO NO FORMATO FIGURA.**

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Esta seção deve registrar o valor das parcelas mensais solicitadas da fonte FECOP. **O valor total do cronograma deve ser igual ao valor apresentado no tópico**

orçamento, referente a fonte FECOP. Vale salientar que o CCPIS aprova recursos para aplicação no ano corrente, portanto, para o período de janeiro a dezembro. Caso a execução do projeto ultrapasse o exercício corrente, deverá ser solicitado ao CCPIS valor complementar no exercício seguinte.

(R\$1,00)

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Total													

ATENÇÃO: Este quadro deverá permitir que o Analista possa reproduzir os cálculos efetuados, sem que seja necessário digitá-lo novamente, portanto, **NÃO PODERÁ SER COPIADO NO FORMATO FIGURA.**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Esta seção deve registrar os municípios onde o projeto será desenvolvido, e, para cada um deles, registrar o número de pessoas beneficiadas e os recursos a serem aplicados (fonte FECOP e outras fontes).

Obs. (8): A execução orçamentária dos recursos deve ser sempre regionalizada, evitando-se utilizar, portanto, quando da elaboração do projeto, a região 15 (a menos que não seja mesmo possível se definir o destino dos recursos neste momento, dada a especificidade da ação a ser desenvolvida). O Valor total deve ser igual ao valor total do item Orçamento e do item Cronograma de Desembolso. A soma dos valores devem ser conferidos.

Obs. (9): A quantidade de pessoas beneficiadas refere-se a todas as fontes de recursos, ou seja, a totalidade do projeto durante o ano. Caso o benefício seja extensivo a todo o grupo familiar, adotar o indicador 4,12 pessoas por família (número médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010).

(R\$1,00)

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Pessoas Beneficiadas
1					
2					
3					
4					
...					
Total					

(*) Descrever quais as outras fontes contempladas pelo projeto, caso houver.

ATENÇÃO: Este quadro deverá permitir que o Analista possa reproduzir os cálculos efetuados, sem que seja necessário digitá-lo novamente, portanto, **NÃO PODERÁ SER COPIADO NO FORMATO FIGURA.**

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	
Técnico Responsável	
E-mail	
Telefone	

ANEXO I

Marco Lógico do Projeto

Matriz de Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos				
Resultados				
Produtos				
Atividades				
Insumos				

Marco Lógico dos Projetos

Para compreender a composição dos projetos financiados pelo FECOP, e contribuir para o processo de acompanhamento e monitoramento, faz-se necessária a construção do Marco Lógico (ML).

A metodologia procura contribuir para o adequado desenho do projeto de forma que possa ser gerenciado com foco nos resultados. Neste sentido, deve-se definir a estratégia de execução, bem como, os indicadores para o monitoramento e a avaliação de impacto.

O processo de formulação do ML do programa deverá contribuir para a garantia das seguintes condições: definição clara e plausível dos objetivos e resultados esperados; identificação de indicadores relevantes de desempenho; e, comprometimento dos gestores do programa com o que está proposto no ML.

Destaca-se que, para o alcance dos objetivos propostos nos projetos, há a necessidade de se apropriar e acompanhar os diversos níveis que o compõe, quais sejam: os insumos utilizados, as atividades realizadas no processo de implantação e operacionalização, os produtos gerados, os resultados alcançados e impactos desejados.

Estes níveis de objetivos, por sua vez, são acompanhados através dos indicadores estabelecidos, dos meios de verificação escolhidos e dos riscos previstos. Seguem abaixo os elementos do Marco Lógico (ML):

Impactos: São os objetivos mais amplos, para os quais o projeto contribui, caracterizando os seus resultados de longo prazo. Representam as transformações a serem observadas no meio beneficiado pelo projeto.

Resultados: Correspondem à contribuição imediata do projeto na resolução de um determinado problema ou demanda pública. É o impacto direto a ser atingido como consequência da utilização dos produtos gerados pelo projeto.

Produtos: São os bens e/ou serviços entregues aos beneficiários. São resultantes das atividades dos projetos.

Atividades: Esforço a ser desenvolvido por meio de ações que levem à obtenção dos produtos especificados. Podem ser expressas por produto ou para o conjunto de produtos.

Insumos: São os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a execução das atividades do projeto. A partir do detalhamento das atividades é que se procede à especificação e quantificação dos insumos do projeto.

Indicadores: São sinalizadores de uma situação ou estado qualquer. Podem ser traduzidos em número e/ou percentual, e permitem mensurar o alcance dos objetivos, metas e resultados.

Meios de Verificação: Fontes de verificação utilizadas para acompanhar a evolução dos indicadores de desempenho em cada nível.

Riscos: Condicionais que podem intervir na consecução dos objetivos e metas do projeto. Situam-se fora da governabilidade do projeto, mas admitem a influência do gestor.